

In: Anais do VII Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa, Centro de Estudos Japoneses, Universidade de São Paulo, 1996, p. 103-111.

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA DIPLOMACIA JAPONESA

Ronan Alves Pereira¹

Nesse artigo é nosso propósito apresentar um perfil sucinto do programa japonês de cooperação internacional, bem como situar esse programa na diplomacia nipônica e levantar algumas considerações pertinentes. Trata-se de uma primeira incursão no tema que desenvolveremos doravante com o inestimável apoio da Fundação Japão². Esta pesquisa também é parte constitutiva de nosso projeto de doutoramento, sobre o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados). Este é um estudo de caso de um projeto agrícola financiado, majoritariamente, pelo governo japonês, e que é tido como o mais bem-sucedido programa nipônico de cooperação agrícola.

Escolhemos o tema da cooperação internacional pela sua profunda importância tanto para o Japão quanto para o Brasil. Para se ter uma idéia, nós somos os maiores receptores da ajuda nipônica fora da Ásia. Por sua vez, a cooperação internacional é a pedra angular da diplomacia do Japão, assim como tem tido papel de destaque no processo de internacionalização da sociedade japonesa.

I. Antecedentes

Se voltarmos nossas atenções para o Japão do período Tokugawa (1603-1868), encontraremos uma nação deliberadamente auto-isolada através do Édito

1. O autor é mestre e candidato a Ph.D. no Departamento de Antropologia Cultural da Universidade de Tóquio. Atualmente, faz o doutorado em Ciências Sociais na Unicamp e é professor-visitante na Universidade de Brasília (convênio Fundação Universidade de Brasília / Fundação Japão).
2. Nosso projeto de pesquisa "Japanese International Cooperation, Especially Concerning Brazil: an Overview from an Anthropological Perspective", foi aprovado dentro do "Fellowship Program" da Fundação Japão, para ser desenvolvido entre 20/6 a 20/8/96, em solo nipônico.

do *Sakoku* (fechamento do país), de 1641. Com esse édito, o país teve, por quase dois séculos e meio, um relacionamento diplomático-comercial limitado à Holanda, China e Coréia, feito exclusivamente através do porto de Deshima, na província de Nagasaki.

Com a queda do regime, as novas lideranças tinham pela frente a difícil tarefa de garantir a independência do país no contexto de uma escalada imperialista das potências ocidentais na Ásia. Na verdade, estas potências impuseram a abertura do Japão no apagar das luzes do regime feudal e obrigaram os governantes nipônicos a aceitarem humilhantes e desfavoráveis “tratados de amizade”. Por isso, um dos grandes esforços da diplomacia japonesa, até as primeiras décadas do nosso século, foi no sentido de se reavaliar e reverter certas cláusulas desses tratados.

Para desenvolver o país o mais rápido ao nível das nações ocidentais, decidiu-se combinar a modernização do Estado e da economia com uma política expansionista³. O lema dessa política era *Fukoku Kyôhei* (i.e., “País rico e exército forte”), numa clara percepção japonesa de que o que garantia o *status* de potência dos países ocidentais era o poderio militar dos mesmos, e tal percepção justificava a tentativa de emulação deste modelo. Coerente com essa motivação política, o Japão despachou sua força militar para Formosa (Taiwan) em 1874, e estabeleceu, poucos anos depois, sua soberania sobre as Ilhas Ryukyu (Okinawa). Se a guerra sino-japonesa (1894-95) rendeu aos japoneses a aquisição de Taiwan, a vitória na guerra russo-japonesa (1904-05) fez do Japão uma potência na Ásia. Em novembro de 1905, o governo japonês transformou a Coréia em seu satélite virtual, ao declará-la um “Protetorado Japonês”. A Coréia foi formalmente anexada em 1910. Desse modo, constituiu-se o Império do Grande Japão, que se estendia de Karafuto (Sakalina) à Micronésia (Cf. Peattie, 1988).

Até o desfecho da Segunda Guerra Mundial, os líderes nipônicos desenvolveram e buscaram implementar o ideal expansionista, almejando ampliar os mercados consumidores de produtos japoneses e as fontes de matérias-primas para sua indústria, além de garantir sua “segurança estratégica”. A sua agenda diplomática foi, nesse período, direcionada por essa militância ideológica, que pregava a criação de uma “esfera de co-prosperidade” na Ásia.

Com a amarga e inédita experiência de ser derrotado e invadido por outros países, os esforços concentraram, então, na reconstrução nacional. Uma vez im-

posta pelos EUA, em nome do Comando dos Aliados, uma Constituição na qual o Imperador declinava seu caráter divino e figurava apenas como símbolo da união nacional, e o Japão renunciava o uso das armas, o país passou a ter uma nova inserção no cenário internacional. Recebendo ajuda dos EUA e do Banco Mundial⁴, os japoneses reconstruíram seu país em menos de duas décadas.

Nos anos que se seguiram, até o momento atual, o Japão procurou privilegiar, por um lado, a sua participação nos organismos multilaterais, como forma de legitimar sua entrada no “Clube dos Ricos” e adquirir *know-how* no âmbito da cooperação internacional, e, por outro, a cooperação bilateral, como forma de ampliar sua penetração nos países em desenvolvimento.

A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) tornou-se aos poucos um dos principais pilares da diplomacia japonesa. Para se ter uma idéia, desde 1991, o Japão vem mantendo a posição de principal prestador de assistência aos países em desenvolvimento, sobretudo através de doações financeiras, empréstimos e assistência técnica. Dada a inegável importância da AOD para a política externa do Japão, iremos agora descrever o que tem sido a AOD japonesa, como ela se realiza, a quem se dirige, seus objetivos e diretrizes⁵.

II. A Assistência Oficial ao Desenvolvimento: A Procura de um Perfil

No entre-guerras ainda não se tinham desenvolvido mecanismos internacionais e/ou multinacionais que orientassem a cooperação entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Nesse período, no entanto, já ocorre a ajuda oficial japonesa a outros países, como é o caso dos “empréstimos Nishihara” concedidos à China em 1917.

Após a Segunda Guerra Mundial, surgiram diversas instituições internacionais que visavam a mediar as relações entre as nações, algumas com a particularidade de intermediar o relacionamento entre países pobres e ricos. Nesse contexto é que a assistência oficial ganha relevância e legitimidade internacional.

O início formal do programa de assistência japonesa, nessa nova etapa, se dá com a adesão do país ao Plano Colombo, em 06.10.1954. A adesão ao Plano foi uma tentativa do governo nipônico de ganhar aceitação na comunidade das nações asiáticas, muitas das quais ainda mantinham uma memória bastante viva das atrocidades cometidas pelos japoneses nos anos de ocupação. As resistências foram superadas com a intercessão do governo americano, interessado em ajudar seu “ex-inimigo-convertido-em-aliado” a recuperar-se da destruição da guerra e, sobretudo, a tornar-se o “pilar de sustentação do Sudeste Asiático”, posto ante-

4. O Japão só veio a encerrar sua dívida junto ao Banco Mundial em julho de 1990.

5. Este tópico está fortemente baseado na excelente tese de Cláudia D'Angelo, diplomata que chefiava a Divisão de Ásia e Oceania-II do Ministério das Relações Exteriores (D'Angelo, 1993) e de relatório da Chancelaria japonesa (M.F.A., 1995).

3. Os líderes do governo Meiji destacaram-se pela busca sôfrega, pragmática e “utilitarista” da ciência e da tecnologia ocidentais para desenvolverem o país. Essa tentativa de apropriação do conhecimento e do poder econômico-militar do Ocidente pelos japoneses pode ser comparada, com as devidas reservas, aos *cargo cults* que se difundiram pela Melanésia, depois que os nativos passaram a ter contato com os europeus e, sobretudo, após terem experimentado o poder coercivo e devastador desses colonizadores. Muitos líderes de cultos milenaristas pregavam que haveria uma transformação de tal monta que o “homem branco” seria aniquilado, enquanto que eles próprios se tornariam brancos; seus antepassados mortos retornariam às suas comunidades em navios (*cargo*), que estariam carregados de bens dos “homens brancos”.

riormente ocupado pela China pré-comunista na perspectiva da diplomacia norte-americana.

Em 1955, Tóquio dedicou US\$ 10,6 milhões (ao câmbio da época) de seu orçamento para promover a cooperação técnica com os vizinhos asiáticos, a qual consistia em receber estagiários destes países e enviar peritos aos mesmos. Para evitar atritos, o governo japonês eximiu-se de um envolvimento direto com o programa assistencial e criou uma fundação sem fins lucrativos, a "Asian Association", que seria responsável pela implementação desse programa.

Se o ano de 1954 é para o Japão o marco de sua cooperação técnica através da participação no Plano Colombo, é também o início de sua cooperação financeira, com a assinatura de um tratado de paz e um acordo de reparações de guerra e de cooperação econômica com a Birmânia (atual Myanmar).

Em verdade, esse período inicial da assistência oficial japonesa caracterizou-se pelas reparações de guerra e cooperação técnico-financeira com os países vizinhos, muito em função do tratado de paz que havia sido assinado em setembro de 1951, em São Francisco. No Artigo 14 desse tratado, o governo japonês se comprometia a negociar o pagamento de reparações e indenizações com cada país que o solicitasse, como forma de "compensar os danos e sofrimentos causados pelo Japão" (M.F.A., 1995:13). Após os entendimentos com a Birmânia, foram assinados posteriormente tratados similares com as Filipinas, a Indonésia e o então Vietnã do Sul. O Japão ainda concedeu doações financeiras, assemelhadas embora não necessariamente reparações, ao Camboja, Laos, Malásia, Cingapura, Coreia do Sul, Mongólia, Tailândia e Micronésia. A República Popular da China e Taiwan não reivindicaram indenizações (D'Angelo, 1993:88; M.F.A., 1995:13).

Embora as reparações de guerra tenham-se completado somente em 1976, o programa propriamente assistencial japonês foi inaugurado com um empréstimo concessional à Índia, em 1958. Nos anos 60, a ajuda oficial do Japão esteve estreitamente vinculada à sua política de incentivo às exportações, ou seja, seus empréstimos estavam condicionados ao fornecimento de bens e serviços pelo lado nipônico.

Com o tempo, a infra-estrutura do programa de ajuda foi consolidando-se e ampliando-se. Em 1955, a Divisão de Assuntos Asiáticos (Asian Affairs Bureau) do Ministério dos Negócios Estrangeiros criou o "Asia Economic Cooperation Office" e a "Reparations Division". Entretanto, essas duas agências foram substituídas pela "Economic Cooperation Bureau", em 1962, tendo em vista a ampliação do sistema de cooperação internacional do país. Duas outras agências ainda foram criadas: uma em 1961 (o OECF - "Overseas Economic Cooperation Fund") e a outra em 1962 (a OTCA - "Overseas Technical Cooperation Agency").

A partir dos anos 60, também o Japão passou a engajar-se em organismos internacionais de cooperação. Participa, em 1960, do Grupo de Assistência ao Desenvolvimento, no ano seguinte rebatizado de Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tendo sido readmitido na ONU em 1956, o Japão também desperta para a participação nas várias agências dessa organização.

Como novo membro da OCDE, que, entre suas áreas de atuação concertada, conta com a de um relacionamento especial com o mundo em desenvolvimento, o Japão equacionava vários de seus questionamentos psico-estratégicos: o país equiparava-se aos centros políticos e econômicos que saíram vitoriosos da Segunda Grande Guerra, o que abria caminho para a superação de complexos de natureza diversa, que vão desde a humilhação da derrota e da ocupação norte-americana até sentimentos de inferioridade racial; a nação lograva alcançar um *status* internacional importante; superava seus temores de isolamento da comunidade internacional, passando a ser um dos pares dos principais centros de poder ocidentais; afirmava um modelo de desenvolvimento neo-mercantilista; aproximava-se das nações em desenvolvimento de outras regiões geográficas, que até então orbitavam em torno das ex-metrópoles coloniais; e restaurava seus vínculos históricos, geográficos e culturais com os outros países asiáticos, em que pese a persistência, nestes, de uma desconfiança em relação a eventuais veleidades hegemônicas e/ou expansionistas de Tóquio (D'Angelo, 1993:91-92).

A partir de meados da década de 60, o cenário da cooperação internacional testemunhou diversas mudanças. Por um lado, os países em desenvolvimento faziam pouco progresso no sentido de superar os efeitos perversos do "subdesenvolvimento" (miséria, analfabetismo, endemias, altas taxas de mortalidade infantil, carestia etc.). Por outro, os países industrializados começavam a apresentar sinais da chamada *aid fatigue* e uma frustração com os poucos resultados da ajuda financeira. Assim, inúmeros relatórios clamavam por uma reestruturação e redefinição do conceito de cooperação internacional.

Em 1969, o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) introduziu a noção de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e, em 1970, a Assembleia Geral das Nações Unidas propôs que os países doadores destinassem 0,7% de seus respectivos PNBs à AOD, como também lançou a meta de crescimento econômico dos países em desenvolvimento em torno de 6% ao ano e a taxa de crescimento de 3,5% *per capita*. Nos anos seguintes, os países prestadores de AOD procuraram rever o conceito, até então em voga, de desenvolvimento, numa tentativa de incorporar fatores sociais, chamando a atenção para as "necessidades humanas básicas" (BHN - Basic Human Needs), e enfatizando a importância dos países em desenvolvimento se auto-ajudarem.

A primeira crise do petróleo representou um golpe na "estratégia de desenvolvimento internacional" da ONU, sendo que o Japão, em particular, país altamente dependente de recursos naturais externos, sentiu um impacto considerável em seu programa assistencial.

No Japão, a cooperação técnica passou, a partir de 1970, a ter uma rubrica separada no orçamento público. Em 1974, a máquina administrativa da AOD foi concentrada na "Japan International Cooperation Agency" (JICA), uma nova instituição resultante da fusão da "Overseas Technical Cooperation Agency" (OTCA), da "Japan Emigration Service" (JEMIS), da "Japan Overseas Development Corporation" (JODC), do MITI, e do "Overseas Agricultural Development Fund" (OADF), do Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca.

Tendo realizado o último pagamento de reparações de guerra (às Filipinas, em 1976), o governo japonês anunciou a adoção de Planos de Médio Prazo na AOD, a começar em 1978. O Plano Fukuda, de 1977, previa a duplicação da AOD em 5 anos. A partir de meados da década de 70, o Japão passou a ocupar, com mais determinação e de forma concreta, o espaço político deixado pelos EUA com o fim da Guerra do Vietnã. O marco nessa mudança é a ajuda de um bilhão de dólares que o primeiro-ministro Fukuda forneceu aos membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

O aumento quantitativo da ajuda oficial fez-se acompanhar de uma diversificação em termos de setores (além de doações e empréstimos voltados para a infra-estrutura econômica, visava-se também a suprir as “necessidades humanas básicas” e ao desenvolvimento de recursos humanos) e de distribuição geográfica (houve uma redução gradual da ajuda à Ásia em favor do Oriente Médio, África, América Latina e regiões do Pacífico). Com isso, o governo japonês buscava desvincular seu programa assistencial de uma imagem comercial, bastante criticada na comunidade internacional. Inaugurava-se a fase da “assistência estratégica”, em que a AOD japonesa visa prioritariamente à superação de sua vulnerabilidade a fornecimento de matérias-primas.

[...] o Japão [...] estava um pouco menos preocupado com a expansão do mercado consumidor de seus produtos e mais concentrado na consolidação de uma rede própria de centros fornecedores de recursos naturais e alimentos, abundantes e baratos, ao mesmo tempo em que buscava torná-los dependentes da tecnologia, capital e dos bens intermediários e de consumo japoneses (D'Angelo, 1993:92).

Esse conceito de “assistência estratégica” evoluiu, nos anos 80, para a noção de “segurança abrangente”. Esses dois conceitos têm predominado na diplomacia do Japão, apenas maquiados pelos diversos gabinetes que se sucederam desde então (cf. D'Angelo, 1993:92-94, 96-98). Essa mudança conceitual da AOD fez-se acompanhar por um redirecionamento em diversos âmbitos.

Em primeiro lugar, no final dos anos 70, o Japão procurou, aos poucos, desvincular a concessão de empréstimos, tanto pelo Eximbank quanto pelo OECF, da aquisição de bens japoneses por parte dos mutuários. Nessa mesma época, o governo nipônico iniciou também um debate interno para a redefinição da filosofia e dos objetivos de sua ajuda oficial.

Em 1978, o *Gaimushô* (Ministério dos Negócios Estrangeiros) lançou um livro (*The Current State of Economic Cooperation, and Its Outlook: The North-South Problem and Development Assistance*), no qual insiste em dois aspectos: 1) a prosperidade e a segurança do Japão dependem da paz e da estabilidade no mundo; e a melhor forma do Japão contribuir para a paz no mundo é prestando assistência aos países em desenvolvimento; 2) o Japão deve manter relações amistosas com os países em desenvolvimento, ricos em recursos naturais, pois deles depende o seu crescimento econômico (M.F.A., 1995:4, 23). Essa e outras

publicações subseqüentes culminaram no documento norteador da cooperação oficial japonesa, que veio a ser chamada de “Japan's Official Development Assistance Charter”. De acordo com esse Charter, a filosofia básica da AOD japonesa pode ser resumida da seguinte maneira:

- a) Considerar o aspecto humanitário (por ex., combater a fome e a pobreza);
- b) Reconhecer a interdependência entre as nações da comunidade internacional;
- c) Preservar o meio ambiente;
- d) Apoiar os esforços de auto-superação dos países recipientes (M.F.A., 1995:23).

A AOD japonesa é definida pelo *Gaimushô* (M.F.A., 1995: iv) como todo recurso que os organismos governamentais ou suas agências executoras canalizam para promover o progresso econômico e o bem-estar dos países em desenvolvimento, e concessionais em pelo menos 25% de seu montante. A forma como a AOD se realiza é através de doações, prestações de cooperação técnica, empréstimos governamentais, e contribuições para agências da ONU e instituições financeiras internacionais.

E ainda há outros mecanismos assistenciais (OOF – Other Official Flows), por exemplo, os créditos de exportação, os investimentos diretos e projetos de desenvolvimento, promovidos por instituições como o Eximbank japonês.

Atualmente, os países-alvos da AOD japonesa são aqueles beneficiários do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), ou seja: todos os países e territórios da África, excetuando a República Sul-Africana; das Américas, menos os EUA e o Canadá; da Ásia, excluindo o próprio Japão; da Oceania, exceto a Austrália e a Nova Zelândia; e alguns poucos países e territórios europeus.

Os maiores setores que têm recebido a assistência japonesa, nos países em desenvolvimento, são: infra-estrutura sócio-econômica, agricultura, indústria, treinamento profissional e saúde pública.

No que compete à estrutura organizacional, o Japão não possui um órgão que centralize a execução de sua AOD. Na definição e decisão política da AOD há uma espécie de colegiado composto basicamente por quatro setores do governo: o Ministério dos Negócios Estrangeiros (*Gaimushô*), o Ministério do Comércio Internacional e Indústria (MITI), o Ministério das Finanças (MOF) e a Agência de Planejamento Econômico (EPA). A JICA é a principal agência executora dos programas de doações e de cooperação técnica.

III. Observações Preliminares à Guisa de Conclusão

1. O Japão passou de país-receptor de assistência no pós-guerra ao posto de principal prestador de ajuda técnico-financeira nos últimos anos.
2. A importância da cooperação internacional para a diplomacia nipônica é atestada tanto por declarações oficiais quanto por ações concretas do

governo japonês. O Japão assumiu a liderança quantitativa de doações financeiras e vem implementando ano a ano a qualidade de sua AOD. Também, pode-se encontrar, com frequência, declarações que definem a ajuda oficial como "pilar" da diplomacia japonesa: "ODA [Official Development Assistance]... has become an important pillar of Japan's international contribution and a significant device for its foreign policy" (M.F.A., 1995:10). O Japão investe e aposta tanto na cooperação que chegou a fixar, em 1987, o dia 6 de outubro (data em que ingressou no Plano Colombo e que marca o início oficial de seu programa de assistência ao desenvolvimento) como o Dia da Cooperação Internacional.

3. Enquanto há um sintoma de *aid fatigue* nos países desenvolvidos (e, curiosamente, também nos países em desenvolvimento), o Japão mantém o propósito de aumentar constantemente sua cota nominal de doações e tem tido uma participação bastante ativa no Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD).

4. Em parte, devido às pressões externas de outros países (sobretudo dos membros do CAD) e às críticas de que dá mais importância ao valor nominal que à qualidade da ajuda prestada, o governo nipônico tem feito um esforço crescente de, ao mesmo tempo que incorporar as tendências atuais da cooperação prestada por outros países desenvolvidos, apresentar uma feição própria de sua política assistencial através de uma série de medidas e publicações que têm redefinido a filosofia e as diretrizes de sua AOD.

5. A AOD permite ao Japão uma peculiar inserção no mundo, que se explica por diversos motivos. Somente a título de ilustração, podemos citar: a) o país detém o poder econômico sem a contrapartida a nível político-diplomático (muito em função da submissão de sua diplomacia à política externa norte-americana); desse modo, a AOD é a sua opção de ganhar espaço político, de influenciar, de cooptar; b) o Japão não manteve o mesmo tipo de relação com ex-colônias como é o caso das potências européias: houve o rompimento total das relações bilaterais no pós-guerra e, só aos poucos, principalmente através da AOD, é que o Japão reatou os laços e ganhou a confiança das ex-colônias e dos países vizinhos em geral; c) o país depende enormemente de matérias-primas provenientes sobretudo dos países em desenvolvimento, que por sua vez têm-se tornado mais e mais dependentes de ajuda externa nas últimas décadas.

6. A AOD japonesa é deliberadamente voltada para a Ásia. Sem levar em consideração os "empréstimos Nishihara" concedidos à China em 1917, o Japão debutou na área de cooperação técnica em 1954, ao tomar parte no Plano Colombo, almejando priorizar os países asiáticos. O primeiro período da AOD japonesa (1954-1963) foi caracterizado por reparações e indenizações de guerra aos países asiáticos. Em 1970, a Ásia recebia 98,2% da AOD japonesa; em 1993, esse percentual caiu para aproximadamente 60%, o que ainda é bastante.

7. No entre-guerras, o Japão investiu numa política expansionista, reivindicando para si o papel de protetor dos países asiáticos contra a invasão e exploração ocidentais. O contexto atual em que vivemos não comporta mais esse

tipo de política apoiada na força militar, restando, por conseguinte, mais espaço para o poder econômico-comercial e a diplomacia. O Japão encontra hoje inúmeros fatores que o inibem a repetir o uso das armas nas relações com os demais países; tais fatores são tanto de ordem interna (como a adesão massiva dos japoneses ao pacifismo, em função do trauma da população com a catástrofe da política militar-expansionista) quanto externa (a suspeita e a pressão dos países vizinhos). Como bem afirma Claudia D'Angelo:

O império militarista transmuta-se em potência financeira e relança sua escalada mundial. A AOD representa a expressão "altruísta" dos investimentos econômicos que o país expande numa sociedade de nações entre maravilhada e atemorizada com essa exuberância aparentemente inexaurível de pujança e fome de conquista (D'Angelo, 1993:5).

Nesse contexto, a AOD é a arma de que o país lança mão para consolidar sua internacionalização, agora não apenas comercial mas também política. Foi com a AOD que o país reatou relações rompidas durante a Segunda Guerra Mundial e deu novos contornos às mantidas com nações que com ele não compartilham afinidades históricas ou culturais. Será com a AOD que o país consolidará seu esquema seletivo de influência (*ibidem*, 105).

8. Também é digno de nota o fato do Japão usar países-receptores de sua AOD para repassar conhecimento técnico e/ou ajuda financeira a terceiros países, que possuam afinidades sociais, culturais e/ou linguísticas. Por exemplo, o Brasil tem participado do "Programa de Treinamento para Terceiros Países" da JICA, sediando cursos financiados pela AOD nipônica, tendo como público-alvo técnicos provenientes dos países latino-americanos e afro-lusófonos; o mesmo ocorre com a Indonésia e a Tailândia em relação a países menos desenvolvidos na Ásia.

Bibliografia

- D'ANGELO, Claudia 1993. *A Assistência Oficial ao Desenvolvimento Japonês e seus Resultados no Brasil*. Monografia inédita apresentada durante o XXVI Curso de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2 volumes (168 p. + 40 anexos).
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS / ECONOMIC COOPERATION BUREAU (ed.) 1995. *Japan's ODA - Official Development Assistance Annual Report 1994*. Tóquio, Association for Promotion of International Cooperation, 468 p.
- PEATIE, Mark R. 1988. "The Japanese Colonial Empire, 1895-1945", in *The Cambridge History of Japan*. Peter Duus (ed.), Cambridge, Cambridge University Press, vol. 6, pp. 217-70.